



Prefeitura Municipal de Curitiba

Curitiba, 30 de novembro de 2023.

MENSAGEM Nº 069

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e
Excelentíssimos Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Casa Legislativa o projeto de lei que **"Autoriza o Poder Executivo a adquirir da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, Curitiba S.A., a área que especifica"**.

O processo 04-048961/2022 trata de aquisição por parte do Município de Curitiba de imóvel pertencente a Curitiba S.A. de indicação fiscal nº 49.069.042.000, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, onde está implantado o equipamento público Ginásio de Esportes da Escola Municipal Maria do Carmo Martins.

Trata-se de área de propriedade da Curitiba S.A., porém com equipamento pertencente ao Município, havido pela matrícula anexa.

A Superintendência Executiva da Secretaria Municipal da Educação - SME manifesta o interesse na referida aquisição, para a regularização da propriedade do imóvel onde está situada uma unidade educacional, desde que atendidos todos os aspectos legais.

A Diretora do Departamento de Gestão do Patrimônio Público no exercício de suas competências, informou estar caracterizado o interesse público na aquisição proposta.

A Comissão de Avaliação de Imóveis - CAI, da SMAP, utilizando-se de análise dos dados do mercado imobiliário na região, dos dados específicos do imóvel em questão e vistoria "in loco", atribuiu o valor de R\$ 2.610.000,00 (dois milhões seiscentos e dez mil reais) para a área, conforme Laudo de Avaliação nº 216, datado em 21 de dezembro de 2022.

Certo da importância do projeto de lei em tela, solicito que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa e, na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

Rafael Valdomiro Greca de Macedo
Prefeito de Curitiba

Excelentíssimo Senhor

Vereador Marcelo Fachinello

Presidente da Câmara Municipal de Curitiba
Curitiba - PR

PROPOSIÇÃO Nº 005.00216.2023

Projeto de Lei Ordinária

EMENTA

Autoriza o Poder Executivo a adquirir da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, Curitiba S.A. a área que especifica.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir da Curitiba S.A., pelo valor total de R\$ 2.610.000,00 (dois milhões seiscentos e dez mil reais), atribuído pela Comissão de Avaliação de Imóveis - CAI da Secretaria Municipal de Administração, de Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação - SMAP, conforme Laudo de Avaliação nº 216, datado de 21 de dezembro de 2022, processo administrativo nº 04.048961/2022-PMC, a área de 2.422,59 m², com as seguintes características e confrontações:

I - lote X ("xis"), resultante da subdivisão do terreno situado no lugar denominado Ressaca, no Distrito de Campo Comprido - Cidade Industrial de Curitiba, nesta Cidade de Curitiba, localizado no lado ímpar do logradouro, a 58,10 metros de distância da esquina com a Rua Luiz Tramontim (W832F), de forma irregular, tendo como origem ao ponto O=PP, seguindo deste ponto em linha reta com azimute 84°46'19" na extensão de 70,00 metros até encontrar o ponto 01, confrontando com o Lote de Indicação Fiscal nº 49.069.008.000; seguindo deste ponto em linha reta com azimute 341°40'11" na extensão de 39,39 metros até encontrar o ponto 02; seguindo deste ponto em linha reta com azimute 258°43'22" na extensão de 66,69 metros até encontrar o ponto 03, seguindo deste ponto em linha reta com azimute 165°15'55" na extensão de 31,77 metros até encontrar o ponto 04; fechando o perímetro e perfazendo a área total de 2.422,59 m², com Indicação Fiscal 49.069.042.000 e matriculado sob nº 203.259 da 8ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba.

Parágrafo único. Vencido o prazo legal do Laudo de Avaliação, novo e tempestivo Laudo de Avaliação deverá ser emitido.

Art. 2º O lote de terreno a que se refere o artigo anterior, é necessário para a regularização da propriedade do imóvel onde está implantado o Ginásio de Esportes da Escola Municipal Maria do Carmo Martins.

Art. 3º Todas as obrigações e débitos, quanto ao imóvel mencionado no art. 1º desta lei, existente até a data do recebimento do imóvel pelo Município, será de exclusiva responsabilidade da vendedora.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º As despesas de escritura e registro serão pagas pela compradora.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.